

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

**RETRATOS  
SOCIAIS 2021  
PESSOA COM  
DEFICIÊNCIA**

## INTRODUÇÃO

Este estudo discute resultados sobre mercado de trabalho, educação, mobilidade urbana e infraestrutura domiciliar da população com deficiência no Distrito Federal, além de traçar seu perfil socioeconômico. Em termos gerais, há uma confirmação da desvantagem das pessoas com deficiência em comparação às pessoas sem deficiência.

A relação entre as vulnerabilidades postas por deficiências e pobreza se destaca na literatura e, também, neste estudo. É uma relação bilateral: tanto a deficiência pode aumentar a possibilidade da pessoa viver em situação de pobreza quanto a pobreza pode aumentar as chances de existência de deficiências [1].

[1] Referências em Pereira e Pletsch (2021) e OMS-BM (2012).

## METODOLOGIA

- 1 O estudo utilizou dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) de 2021;
- 2 Os resultados se referem a todo o Distrito Federal, em alguns casos, são desagregados por regiões administrativas e/ou pelo critério Brasil;
- 3 O Critério Brasil é um classificador para a estratificação socioeconômica da sociedade brasileira[2]. A Tabela 1 apresenta as rendas domiciliares mensais médias por estrato do Critério Brasil:

[2] A metodologia de desenvolvimento do Critério Brasil está descrita no livro Estratificação Socioeconômica e Consumo no Brasil dos professores Wagner Kamakura (Rice University) e José Afonso Mazzon (FEA /USP), baseado na Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) do IBGE.

**Tabela 01 – Renda domiciliar mensal média segundo estratos socioeconômicos do Critério Brasil. Distrito Federal, 2021.**

<b>ESTRATO SOCIOECONÔMICO</b>	<b>RENDA DOMICILIAR MENSAL MÉDIA</b>
Classe A	24878,22
Classe B1	16549,83
Classe B2	9906,25
Classe C1	6058,80
Classe C2	3026,78
Classe DE	1870,50
TOTAL	6868,13

Fonte: IPEDF, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD 2021. Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB 2021).

4 São consideradas pessoas com deficiência aquelas que declararam, na pesquisa, ter grande dificuldade ou não conseguir de modo algum enxergar, ouvir e/ou caminhar/subir degraus de modo permanente mesmo com auxílio de próteses ou similares e, no caso da deficiência intelectual, ter grande dificuldade ou não conseguir de modo algum se comunicar, realizar cuidados pessoais, trabalhar e estudar[3].

[3] Essa definição está de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que busca seguir as recomendações do Grupo de Washington para Estatísticas sobre Pessoas com Deficiência (Washington Group on Disability Statistics – WG) (IBGE, 2018; LENZI, 2016).

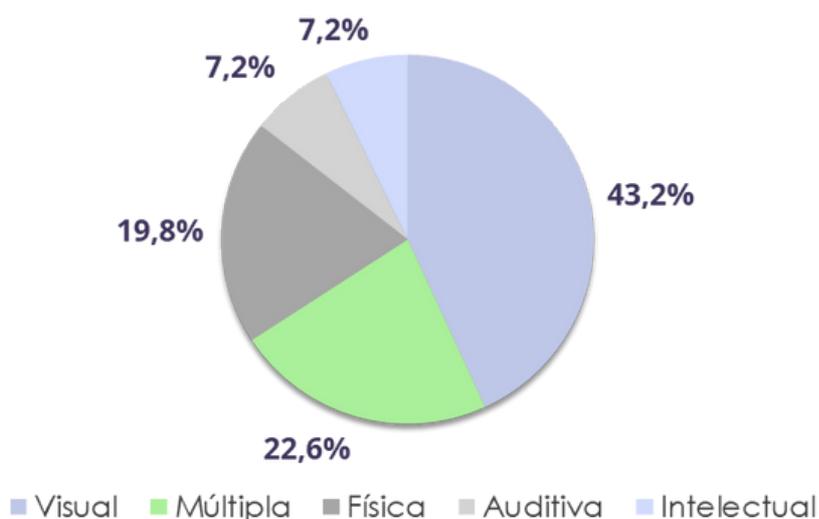
# PRINCIPAIS RESULTADOS



## PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

- Em 2021, residiam **113.642 pessoas com deficiência** no Distrito Federal, **equivalente a 3,8% da população**[4].
- A deficiência visual foi predominante entre os tipos de deficiência: 43,2% das pessoas com deficiência têm esse tipo.

**Gráfico 1 - Distribuição da população com deficiência por tipo de deficiência. Distrito Federal, 2021.**



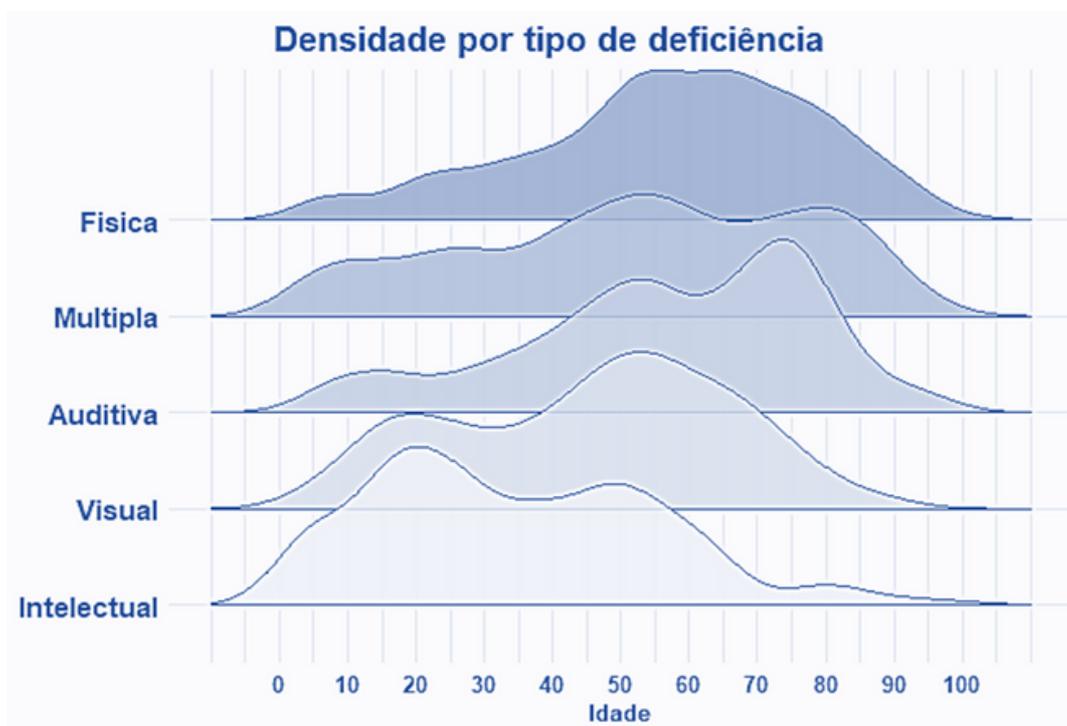
Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021.

Elaboração: DIPOS/IPEDF.

[4] As perguntas de identificação de alguma deficiência foram feitas para pessoas com 2 anos ou mais.

- A deficiência intelectual/mental tem prevalência entre jovens, com o pico da sua distribuição por volta dos 20 anos de idade. Os outros tipos de deficiência se concentraram nos grupos etários de adultos e idosos. A maior parte das pessoas com deficiência auditiva, por exemplo, têm por volta dos 75 anos.

**Gráfico 2 - Densidade da população com deficiência em relação à idade por tipo de deficiência. Distrito Federal, 2021.**



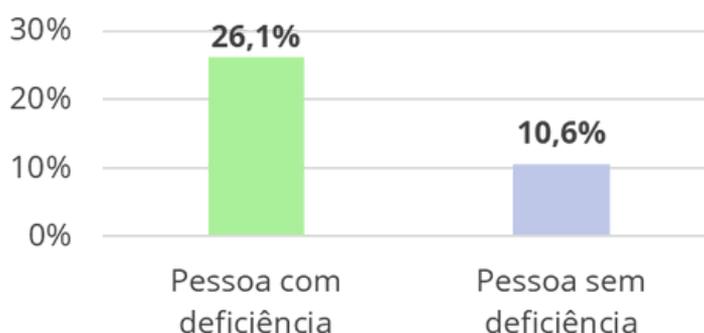
Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD 2021.  
Elaboração: DIPOS/IPEDF.

- Na classe D e E, 6,6% da população possuíam alguma deficiência, enquanto nas classes A, B1 e B2, essa proporção ficou em torno de 2% da população.

## EDUCAÇÃO

- **63,5% das pessoas com deficiência em idade escolar frequentavam escola**, três pontos percentuais menor que a proporção entre pessoas sem deficiência.
- Em 2021, 81,8% das pessoas com deficiência em idade escolar que frequentavam creche/escola estavam alocados na rede pública. Essa proporção foi de 68,5% entre as pessoas sem deficiência.
- A taxa de distorção idade-série das pessoas com deficiência foi mais que o dobro da taxa registrada entre pessoas sem deficiências.

**Gráfico 3 – Taxa de distorção idade-série entre Pessoas com e sem deficiência, 2021.**



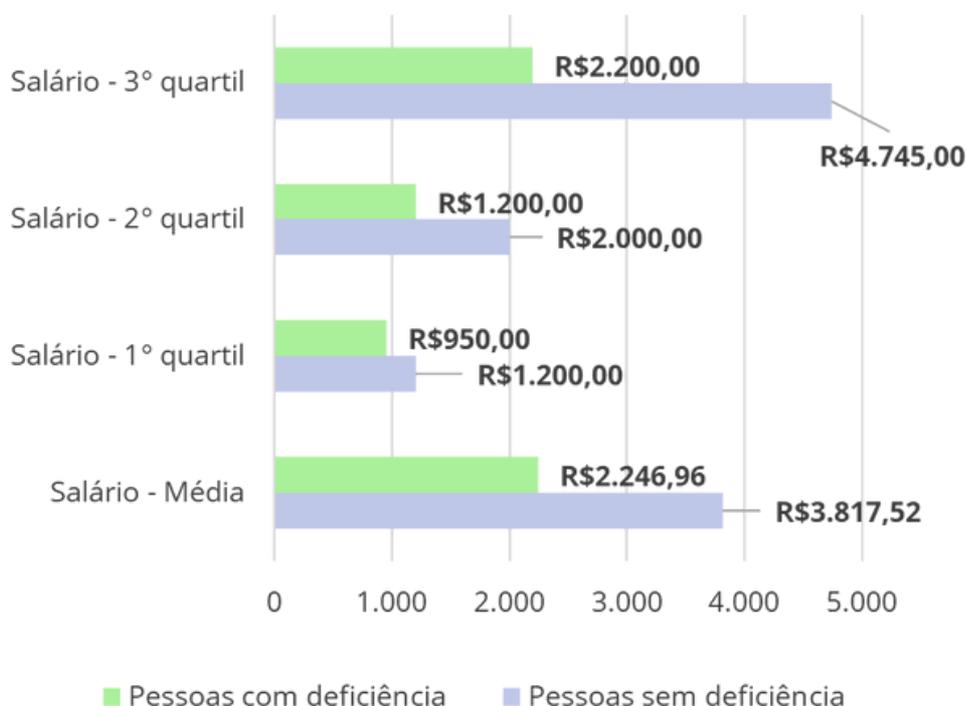
Fonte: IPEDF, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD 2021. Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB 2021).

- Enquanto 13,8% da população com deficiência de 25 anos ou mais tinham ensino superior completo, esse percentual foi de 35,9% entre pessoas sem deficiência.

## TRABALHO

- **24,5% das pessoas com alguma deficiência residentes no DF estavam ocupadas, isto é, menos da metade da proporção observada entre pessoas sem deficiência (50,5%).**
- Tendo como referência os 30 dias anteriores à pesquisa, a taxa de desocupação de pessoas com deficiência foi de 18,6%. Essa mesma taxa foi de 10,8% entre pessoas sem deficiência.
- A proporção de empreendedores e autônomos foi maior entre pessoas com deficiência (35,9%), do que entre as pessoas sem deficiência (26,0%). Em contraponto, os percentuais de pessoas com deficiência em empregos privados e empregos públicos e militares foram menores se comparados com aqueles de pessoas sem deficiência.
- **O rendimento proveniente do trabalho principal das pessoas ocupadas com deficiência é menor em todos os quartis observados.**

Gráfico 4 – Renda do trabalho principal entre pessoas com e sem deficiência, 2021.



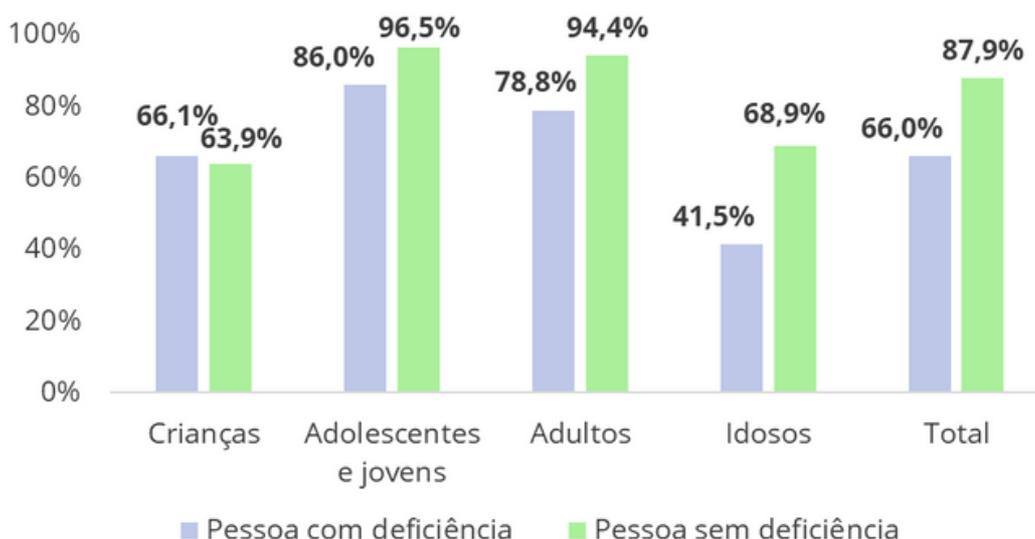
Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD 2021.  
Elaboração: DIPOS/IPEDF.

- Grande parte das pessoas com deficiência ocupam vagas precarizadas, têm maior instabilidade ocupacional e possuem, em média, uma renda inferior à das pessoas sem deficiência. Isso acontece tanto por conta da falta de qualificação profissional suficiente, quanto pelas consequências da desigualdade de oportunidades e falta de acessibilidade[5].
  - Mais de um terço (33,6%) das pessoas com deficiência no DF recebiam aposentadoria em 2021. Essa proporção foi de 11,4% entre pessoas sem deficiência.
  - 14% das pessoas com deficiência informaram receber algum benefício social. Entre as pessoas sem deficiência, essa proporção foi de 6%.
- [5] Referências em Garcia e Maia (2014) e Passerino e Pereira (2014).

## INFRAESTRUTURA DOMICILIAR

- Considerando os 30 dias anteriores à realização da entrevista, 87,9% das pessoas sem deficiência informaram ter acessado a internet, enquanto essa proporção foi de 66% entre as pessoas com deficiência. Destaca-se a diferença de 27 pontos percentuais entre os idosos.

**Gráfico 5 – Proporção de pessoas com e sem deficiência com acesso à internet por faixa.**



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD 2021.  
Elaboração: DIPOS/IPEDF.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS



- Inclusão social de pessoas com deficiência engloba o acesso aos serviços públicos, aos bens culturais e aos produtos decorrentes do avanço social, político, econômico e tecnológico da sociedade e o respeito às necessidades próprias de sua condição são respeitadas.
- A criação de políticas que proporcionem respostas eficientes exige reflexão sobre barreiras, impedimentos, participação e desigualdade de condições, acesso e oportunidades que o público destinatário das políticas públicas vivência. A inserção das pessoas com deficiência no processo de construção das políticas públicas enquanto participantes é de suma importância[6].
- As recomendações para permitir a superação de barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência são[7]: possibilitar o acesso das pessoas com deficiência a todas as políticas, sistemas e serviços; investir em programas e serviços específicos para pessoas com deficiência; adotar estratégia e plano de ação para deficiência em âmbito nacional; envolver as pessoas com deficiência na formulação e implementação de políticas, leis e serviços; melhorar a capacidade dos recursos humanos; oferecer financiamento adequado e melhorar a acessibilidade econômica; aumentar a conscientização pública e o entendimento das deficiências; aumentar a base de dados sobre deficiência; e fortalecer e apoiar a pesquisa sobre deficiência (OMS-BM, 2012).
- A educação de pessoas com deficiência em escolas regulares é recomendada em diversos documentos do Sistema ONU. No entanto, a inclusão e manutenção das pessoas com deficiência no ensino regular exige adaptações curriculares e o cuidadoso acompanhamento dos educadores e pais[8].
- Também é preciso aprimorar políticas públicas de saúde e assistência social para garantir que as pessoas com deficiência e suas famílias não vivam em situação de privação ou exclusão.

---

[6] Referência em Klazura e Fogaça (2021).

[7] Referência em OMS-BM (2012).

[8] Referências em Teles, Resegue e Puccini (2013) e Souza e Pletsch (2017).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GARCIA, Vinicius Gaspar; MAIA, Alexandre Gori. Características da participação das pessoas com deficiência e/ou limitação funcional no mercado de trabalho brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 31, p. 395-418, 2014.
- IBGE. Nota técnica 01/2018 - Releitura dos dados de pessoas com deficiência no Censo Demográfico 2010 à luz das recomendações do Grupo de Washington. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2018.
- KLAZURA, Marcos Antonio; FOGAÇA, Vitor Hugo Bueno. Pessoa com deficiência entre o modelo biomédico e o modelo biopsicossocial: concepções em disputa (Person with disabilities between the biomedical model and the biopsychosocial model: conceptions in dispute). **Emancipação**, v. 21, p. 1-18, 2021.
- LENZI, Maíra Bonna. Os dados sobre deficiência nos censos demográficos brasileiros. **Anais**, p. 1-20, 2016.
- OMS-BM - Organização Mundial da Saúde; Banco Mundial. Relatório Mundial sobre a Deficiência. **São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência**, 2012.
- PASSERINO, Liliana Maria; PEREIRA, Ana Cristina Cypriano. Educação, inclusão e trabalho: um debate necessário. **Educação & Realidade**, v. 39, p. 831-846, 2014.
- PEREIRA, João Márcio Mendes. PLETSCHE, Márcia Denise. A agenda educacional do Banco Mundial para pessoas com deficiência e o caso brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, 2021.
- SOUZA, Flávia Faissal de; PLETSCHE, Márcia Denise. A relação entre as diretrizes do Sistema das Nações Unidas (ONU) e as políticas de Educação Inclusiva no Brasil1. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 25, p. 831-853, 2017.
- TELES, Fernanda Moreira; RESEGUE, Rosa; PUCCINI, Rosana Fiorini. Habilidades funcionais de crianças com deficiências em inclusão escolar: barreiras para uma inclusão efetiva. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, p. 3023-3031, 2013.

# FICHA TÉCNICA

## **Supervisão da pesquisa**

Acsa Rodrigues Ferreira Guimarães – Coordenadora de Estudos e Pesquisas Quantitativas de Políticas Sociais

## **Participação na pesquisa**

Daienne Amaral Machado – Diretora

Acsa Rodrigues Ferreira Guimarães – Coordenadora

Victória Evellyn Costa Moraes Sousa – Pesquisadora

Nabil Ahda Murtadha – Pesquisador

Juliana Estanislau Cançado – Pesquisadora

## **Redação do estudo**

Victória Evellyn Costa Moraes Sousa – Pesquisadora

Nabil Ahda Murtadha – Pesquisador

## **Elaboração do sumário executivo**

Acsa Rodrigues Ferreira Guimarães - Coordenadora

